



O Movimento Primavera Secundarista no Contexto do Neoliberalismo: Algumas Considerações¹

Cláudia Lúcia da Costa²

Maria Cristina dos Santos Bezerra³

Resumo: O presente artigo aborda o avanço do neoliberalismo no Brasil nos últimos anos que, traz no bojo de suas políticas, as disputas entre os projetos educacionais para burguesia e para a classe trabalhadora. Nos últimos anos, a educação pública tem sido alvo de intensas reformas que tensionam com os anseios dos/das estudantes culminando em movimentos de luta e resistência, que revelam possibilidades de enfrentamento à racionalidade imposta, destacando-se o movimento conhecido como Primavera Secundarista, que teve por principal ação a ocupação das escolas públicas por estudantes em quase todo Brasil, incluindo o estado de Minas Gerais e nele, duas escolas ocupadas na cidade de Ituiutaba/MG. Partindo da realidade objetiva, do particular para o geral, à luz da materialidade concreta, portanto, pesquisou-se os movimentos das ocupações como forma de luta e resistência às contrarreformas impostas à educação derivado do projeto hegemônico de educação, imposto pelo Estado à classe trabalhadora e, também, seus limites e contradições.

Palavras-Chave: Neoliberalismo, Educação, Ocupações, Escolas, Contradição.

The Spring Second Movement in the Context of Neoliberalism: Some Considerations

Abstract: This article discusses the advance of neoliberalism in Brazil in recent years, which brings, in the midst of its policies, the disputes between educational projects for the bourgeoisie and the working class. In recent years, public education has been the target of intense reforms that tense with the students aspirations culminating in movements of struggle and resistance, which reveal possibilities of confronting the imposed rationality, especially the movement known as the Secundarist Spring its main action was the occupation of public schools by students in almost all of Brazil, including the state of Minas Gerais and in it, two occupied schools in the city of Ituiutaba/MG. Starting from the objective reality, from the particular to the general, in the light of concrete materiality, therefore, the movements of occupations were investigated as a form of struggle and resistance to the counter-reforms imposed on education derived from the hegemonic project of education imposed by the state on the working class and also its limits and contradictions.

Keywords: Neoliberalism, Education, Occupations, Schools, Contradiction.

¹ O presente artigo é parte integrante de relatório de pesquisa de Estágio Pós-Doutoral em realização no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE/UFSCar).

² Pós-Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (PPGE/UFSCar). Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora Adjunta da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestre em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (UFG).

³ Pós-Doutora pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (ULisboa). Pós-Doutora em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Goiás (PPGAS/UEG). Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE/UFSCar). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo da Universidade Federal de São Carlos (GEPEC/UFSCar).



Introdução

Esse artigo traz uma análise do avanço do neoliberalismo na América Latina, o processo de aprofundamento da precarização do trabalho e seus reflexos no sistema escolar. No movimento contraditório do capitalismo, contrariando essa hegemonia imposta, avançam movimentos de luta e resistência como, por exemplo, a Reforma de Córdoba, a Revolução dos Pinguins no Chile, as ocupações secundaristas no Brasil. Considera-se que a luta dos movimentos sociais organizados revela importantes ganhos para a classe trabalhadora em nosso país, destacando-se os partidos da esquerda, os sindicatos, os movimentos populares como um todo e coletivos de luta.

O acirramento das contrarreformas impostas pelo neoliberalismo nas últimas décadas, levou ao surgimento de alguns movimentos contestadores da retirada de direitos, dentre eles, o movimento que ficou conhecido como Primavera Secundarista, ocorrido em 2016, com a ocupação de escolas por estudantes secundaristas em vários estados brasileiros, questionando algumas reformas para a educação. As ocupações começaram inicialmente no Paraná, depois São Paulo, em 2015 e em 2016, respectivamente, momento em que o movimento ganha força, bem como instrumento de questionamento das políticas educacionais impostas pelo Estado brasileiro.

As ocupações adentraram ao estado de Minas Gerais, alcançando o município de Ituiutaba, trazendo os anseios dos/as estudantes secundaristas para a educação pública, o que nos levou a analisar o protagonismo dessas ocupações que foram ocorrendo de forma espontânea. O processo educativo construído na luta e a politização emergiram como elementos importantes para a conscientização da classe trabalhadora. Nesse contexto, definimos como objetivo de pesquisa a investigação de como esse movimento surge, suas pautas, sua importância, força e seus limites no desenrolar das ocupações. Apresentamos neste artigo, alguns resultados parciais e questionamentos importantes que construímos no processo de pesquisa.

Ituiutaba é um município do interior do estado de Minas Gerais, Região Sudeste do país. Sua população em julho de 2019, de acordo com a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de 104.671 habitantes. A cidade é um polo regional para os municípios de Capinópolis, Santa Vitória, Gurinhatã, Canápolis, Cachoeira Dourada de Minas, Ipiacú e atende com serviços variados a região do Pontal do Triângulo Mineiro. Tem no



agronegócio (agricultura da cana-de-açúcar, soja, milho e pecuária de corte e leite) e na prestação de serviços (comércio variado, advocacia, assessoria, consultoria de informática, e outros) seus principais elementos e fonte de divisas.

O município conta com a presença de um campus da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e um campus da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), com diversos cursos superiores nas modalidades de licenciatura e bacharelado. Segundo informações do site da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, o município contava com 20 escolas municipais em 2017. E, de acordo com dados do site da Secretaria Regional de Educação de Minas Gerais, Ituiutaba possuía 17 escolas estaduais no ano de 2018.

Em 2016, duas escolas públicas estaduais foram ocupadas por estudantes secundaristas, seguindo o movimento nacional, não se tendo conhecimento de nenhum movimento anterior a esse no âmbito das escolas públicas de educação básica, que tivesse tamanho impacto no município e nas próprias unidades escolares. As ocupações tiveram grande repercussão em Ituiutaba e no Brasil, de modo que, a hipótese inicialmente esboçada é a de que as ocupações são um movimento contra-hegemônico ao avanço do neoliberalismo que vem assolando a América Latina nas últimas décadas e provocando o desmonte da educação pública. Nos processos das ocupações, os secundaristas na apropriação e organização coletiva do espaço público mostraram o seu protagonismo e a força da juventude.

As novas formas de exploração dominantes e, conseqüentemente, as contradições que o capitalismo gera, como a precarização do trabalho, da escola, da educação, ou seja, a retirada de direitos sociais em sentido amplo, dialeticamente produzem os movimentos contra-hegemônicos, que são contrários e resistentes à hegemonia imposta pelo capitalismo e revelam os anseios e lutas da classe trabalhadora. Nesse sentido, questiona-se se as ocupações realizadas pelos estudantes secundaristas seriam, de fato, um movimento contra-hegemônico? Foi um primeiro questionamento que surgiu para a pesquisa.

As análises parciais da pesquisa apresentadas nesse artigo, apontam a importância de se dar visibilidade a esses movimentos de luta, uma vez que a história do capitalismo não acontece sem resistências, bem como a história do sistema escolar brasileiro e da América Latina são histórias de lutas e resistências caracterizadas por diversas manifestações dos estudantes e da classe trabalhadora. Considerando a realidade observada em 2016 e partindo da análise das ocupações de duas escolas no município de Ituiutaba/MG no contexto das ocupações



em escala nacional, que abrangeram vários estados brasileiros, optamos por empregar os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; entrevistas; sistematização e produção dos resultados finais. A pesquisa encontra-se em fase final de sistematização das entrevistas e redação do relatório final do estágio pós-doutoral.

Primeiramente, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre o avanço do neoliberalismo no Brasil e seus desdobramentos para a educação. Antunes (2018) e Harvey (2005) foram os principais autores consultados nessa etapa da pesquisa. Os desdobramentos produzidos pelo avanço do neoliberalismo para a educação e o sistema escolar brasileiro constituíram outra etapa, tendo como principais fontes Saviani (2005), Duarte e Martins (2013) e Solano (2018), que analisam o movimento de Córdoba, importante marco da resistência ao projeto capitalista de educação na América Latina.

Trazendo à discussão a importância do método e da análise a partir do materialismo histórico e dialético, os estudos voltaram-se para os textos de Saviani (2005), Gramsci (2000), Martins e Lavoura (2018), que iluminaram conceitos e categorias como realidade concreta, capitalismo, luta de classes, educação, ocupações e contradição. Entrevistas também foram feitas com estudantes das ocupações de Ituiutaba/MG e uma consulta aos registros das ocupações, com vistas a investigar as ocupações, seu protagonismo e importância no cenário atual e que, mesmo tendo findado, tiveram e têm efeitos sobre o espaço escolar, as políticas públicas para a educação e expressam os seus limites e contradições.

O artigo segue tratando do neoliberalismo e seus desdobramentos para a educação, o desmonte da educação pública que vem acontecendo nos últimos anos e as reformas propostas em 2016 para a educação, que geraram a revolta dos estudantes secundaristas de todo o país, levando ao movimento de ocupações, apontando sua importância e alguns questionamentos que ainda estão sendo sistematizados conforme a pesquisa se desenvolve. Algumas considerações encerram o texto na expectativa de contribuir com o estudo desses movimentos e com a necessidade de se avançar nas lutas frente ao retrocesso dos direitos promovidos pelo capitalismo em sua fase neoliberal.

Neoliberalismo e Educação

Os anos de 1980 marcaram a hegemonia do pensamento neoliberal no mundo ocidental, primeiramente nos países de capitalismo mais desenvolvido, se estendendo após os anos de 1990 para outros países da periferia do capital, como o Brasil. O neoliberalismo é uma



nova fase do capitalismo, marcada pela predominância do capital financeiro, dada a crise de acumulação do sistema nos anos de 1970. Essa nova fase, começou no Chile com um golpe de Estado liderado pelo General Pinochet, apoiado pelos Estados Unidos da América e pelo capital privado, provocando a abertura para o mercado externo – capitais industriais, comerciais e financeiros –, provocando a contratação flexível do trabalhador. Por compreender que o movimento de ocupação das escolas em todo Brasil perpassa pela compreensão do atual momento do capitalismo e está diretamente vinculando ao início de sua penetração na América Latina, destacamos as políticas públicas que emergem nessa nova fase.

Nessa direção, Harvey (2005), afirma que a centralidade do pensamento neoliberal está na dignidade humana e na liberdade individual como ideais políticos, valores centrais da civilização, pressupondo que as liberdades individuais serão garantidas pela liberdade de mercado, marcando a promoção de uma economia social e moral. Esses elementos caracterizam uma onda conservadora da ultradireita em toda a América Latina com governos autoritários. O neoliberalismo como racionalização traz uma mudança de conduta, de mentalidade e atitudes, novas formas de subjetividade que envolvem a competitividade e o empreendedorismo.

Antunes (2018), por sua vez, aponta que os serviços crescem mais que os empregos, mas isso não significa o fim do trabalho, e sim a necessidade de compreender o contexto em sua forma contraditória. O emprego é uma forma de trabalho assalariado assumida no capitalismo e a terceirização é o elemento chave para o desmonte dos direitos trabalhistas e as novas formas de exploração do trabalho. De acordo com o autor, o trabalho fica cada vez mais individualizado, dessocializado, sem convivência com outros trabalhadores, há uma maior instabilidade e insegurança. Flexibilizar é a ordem e com a flexibilização veio o desmonte dos direitos trabalhistas e das funções do Estado. Houve (há) uma fragmentação maior da classe trabalhadora e a unidade nas lutas torna-se um desafio ainda maior, dificultando a atuação de sindicatos e movimentos sociais e populares organizados.

As políticas públicas para a educação sofreram reorientações, principalmente, após o Consenso de Washington de 1989. O Estado passou a ser mínimo na gestão dos recursos, seu papel é fundamental nesse período, pois retira de sua função o social, levando à descentralização de suas responsabilidades financeiras com a educação, porém, mantendo centralizado o controle das políticas educacionais do país, sobretudo, no controle do avanço e implementação das contrarreformas que atacam os direitos básicos da classe trabalhadora, duramente conquistados



ao longo da história. É uma política que combina a descentralização e a centralização. O currículo, os indicadores, o controle do trabalho docente, as avaliações marcam a era da qualidade na educação que deixa de ser responsabilidade do Estado, que não considera a estrutura e os recursos disponíveis para a educação pública, recriando o produtivismo na educação, através de um discurso que se pauta pela autonomia, flexibilização, individualização e produtivismo.

No Brasil, em 1989, no governo Fernando Collor de Mello, tais políticas neoliberais começaram a ser implementadas, com a participação central do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). O Consenso de Washington marcou a união dos interesses desses órgãos para a implementação do projeto neoliberal para os países da América Latina e que estão em curso desde então. O Estado neoliberal vai além do Estado mínimo, visando se eximir totalmente da sua função social através de privatizações, transferência da execução de ações destinadas a determinados segmentos da sociedade para Organizações não Governamentais (OnGs), militarização da educação, fim da previdência pública e estatal, contrarreformas no ensino, fechamento de turmas nas escolas públicas e fechamento de escolas, retirada da autonomia das universidades, dentre outras.

Tudo promovido sob o auspício da fundamentação econômica neoliberal, orientada pela disseminação do ideal de liberdade individual, do empreendedorismo, da flexibilização. Essa fase, segundo Antunes (2018), não acontece sem o sistema de coerção e assédio no trabalho, caracterizando fortemente o adoecimento, os problemas de saúde mental, como depressão, síndrome do pânico e aumento do número de suicídios, incluindo os suicídios no local de trabalho.

As ideias neoliberais ganham força nos anos de 1970 com a acumulação flexível, com o reordenamento social e político para uma sociedade de mercado, com a preeminência do capital privado, o mercado livre do trabalho, permitindo a contratação flexível do trabalhador. A teoria neoliberal sustenta que o desemprego é opcional. De acordo com Harvey (2005), as bases materiais da construção do consentimento no neoliberalismo são impulsionadas pelo pós-modernismo. O controle da subjetividade dos/as trabalhadores/as é estratégico para obter altos índices de produtividade.

O sistema escolar não fica alheio à essa nova fase, ao contrário, o neoliberalismo atinge a educação com a forte onda das privatizações, mudanças no currículo, militarização das



escolas. A educação pública é pautada pelas grandes corporações e organismos internacionais como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), voltadas para a empregabilidade, para o modelo dos projetos, das habilidades e competências. Alves (2015) afirma que a escola capitalista é uma pequena fábrica onde se cultivam a disciplina e o assujeitamento de classe, e, inerente a esse processo está, portanto, o crescimento da desigualdade como problema estrutural da acumulação na fase neoliberal do capitalismo. Antunes (2018), trata do que denomina tripode destrutiva do neoliberalismo: terceirização, informalidade e flexibilização.

Tanto no movimento contraditório do avanço do capitalismo, quanto no processo histórico de formação do sistema escolar capitalista, ocorreram resistências em toda a América Latina, que marcam o tensionamento da luta de classes, como a Reforma de Córdoba de 1918, a Revolução dos Pinguins, no Chile em 2006 e as ocupações das escolas públicas no Brasil em 2016. Os partidos de esquerda e movimentos sociais organizados têm um legado histórico de lutas e conquistas para a classe trabalhadora nessa direção.

A Reforma de Córdoba de 1918, segundo Solano (2019), ficou conhecida como a primeira greve geral da história do movimento estudantil. Criticava o sistema educativo e o regime social com intuito de quebrar o monopólio político e cultural do Estado na educação. Esse movimento de reforma se expandiu pela América Latina ao longo dos anos e marcou a tensão entre algumas conquistas e ações do Estado, e, assim, seguiram-se períodos de avanços e retrocessos para a educação pública e o movimento estudantil no jogo de forças entre as classes e seus interesses.

Em 2015, no Brasil, cerca de 200 escolas foram ocupadas por estudantes em São Paulo, contra as medidas do governo estadual que visavam “reorganizar” o ensino e fechar 94 escolas, realocando mais de 300 mil estudantes, segundo Polli et al. (2018). No mesmo ano, conforme os autores, houve protestos no Paraná contra o fechamento de escolas e, em 2016, a PEC 55, Proposta de Emenda Constitucional que estipula o teto e congela os gastos com educação por 20 anos, a popularmente chamada “PEC do fim do mundo”, a Medida Provisória 746/2016, que propunha a reestruturação do ensino médio, retirava a obrigatoriedade de algumas disciplinas, geraram descontentamento na comunidade estudantil, tanto com essas pautas nacionais como com pautas locais, culminando nas ocupações das escolas públicas em vários estados do Brasil.



Houve até mudanças nos locais de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no ano de 2016, por conta de escolas que eram locais de realização do exame e estavam ocupadas.

A pesquisa investigou a importância desses movimentos de ocupações das escolas em 2016, com destaque para as escolas ocupadas em Ituiutaba/MG, à luz do materialismo histórico e dialético, que permitiu apreender as condições materiais para a formação do movimento, a sua dinamicidade processual e contraditória. Martins e Lavoura (2018) afirmam que, conhecer o objeto é alcançar suas múltiplas determinações e relações, partindo do particular para o universal, superando a aparência do objeto investigado, chegando em sua essência, desvelando a dinâmica e estrutura de seu funcionamento.

Segundo Saviani (2000), a função social da escola é a de socializar conhecimentos desenvolvidos e sistematizados. No entanto, compreende-se que a luta de classes com suas tensões se reproduz também na educação escolar. O capitalismo tem um projeto de educação para a classe trabalhadora, pautado na formação dentro de um modelo de competências e habilidades, na pedagogia do “aprender a aprender” nas palavras de Duarte (2011), com objetivo de formar cidadãos capacitados para o mercado de trabalho, para a lógica mercadológica. E, seguindo essa lógica, a educação profissionalizante permeia as propostas de currículo para as escolas públicas através do ensino técnico e tecnológico para formar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, distanciando ainda mais a educação que é ofertada à burguesia daquela disponibilizada para a classe trabalhadora.

Gramsci (2000), destaca o papel da escola como espaço privilegiado de formação da consciência humana e o papel da educação escolar na superação da sociedade capitalista. Duarte (2011), de sua parte, afirma que a burguesia teme a escola, teme o espaço escolar e o ensino que nela é praticado, uma vez que o pensamento crítico questiona o sistema e a ordem imposta por ele. A escola é, portanto, espaço da contradição e nesse espaço contraditório, à medida que reformas vêm sendo impostas, nascem as contestações, manifestações que culminaram nas ocupações.

A escola ao ser instituída como forma predominante da educação na sociedade do capital e sujeita a toda ordem de contradições, que são inerentes a esta estrutura social, segundo Mascarenhas et al. (2017), torna-se um importante campo de disputas político-ideológicas no interior da luta de classes. De acordo com os autores, as lutas hegemônicas entre capital e trabalho efetivadas no interior da escola se materializam por meio de ações estratégicas que



buscam criar condições de estabelecimento da direção intelectual e moral de uma classe sobre o conjunto das demais classes sociais.

Partindo da ótica da dialética, segundo Duarte (2011), sabe-se que na sociedade burguesa é impossível a superação da contradição da escola em si mesma. Há um jogo de forças e projetos em disputa e à medida que avança o nível de consciência das massas, avançam as formas de cerceamento do pensamento crítico por parte da burguesia, incluindo a violência policial e repressão de diversas ordens a estudantes e professores.

O Movimento da Primavera Secundarista

O avanço do neoliberalismo tem sido acompanhado nos últimos anos por uma série de ataques à saúde, educação e previdência públicas, bem como aos direitos trabalhistas. A PEC 55 juntamente com a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência, somadas às reformas na educação no Brasil são um verdadeiro desmonte dos direitos dos cidadãos. Reitera-se aqui, que em 2015-2016, no Paraná e em São Paulo, uma reforma educacional, anunciada pelos governadores desses estados, fecharia diversas escolas e realocaria estudantes, o que gerou indignação e revolta de estudantes, pais e docentes. Vários protestos ocorreram, manifestações, passeatas, atos, culminando nas ocupações das escolas.

O debate sobre o fechamento das escolas em São Paulo já despertava interesse em alguns movimentos sociais organizados, como o Movimento dos Sem Teto (MTST) que buscou ocupar as escolas a serem fechadas, conforme anunciado, em entrevista, pelo líder do movimento, Guilherme Boulos. O movimento foi surpreendente pela articulação, organização e impacto conforme destaca Alves (2015):

[...] O movimento social da juventude insurgente contém um significado radical: a reapropriação democrático-radical do espaço escolar. Indo além de sua imediatividade política, o movimento de ocupação das escolas públicas pelos estudantes secundaristas é efetivamente uma crítica radical dos protocolos estranhados da gestão escolar em suas múltiplas dimensões. A moçada insurgente quer uma nova escola pública que deixe de ser um sistema burocrático e ideológico insensível às demandas dos sujeitos-produtores do processo de ensino-aprendizagem – não apenas professores, mas servidores administrativos e estudantes secundaristas (ALVES, 2015, p. 1-2).

Essa análise mostra, que para além da pauta do fechamento das escolas e realocação de estudantes houve um descontentamento com a forma de organização escolar que não é democrática, não escuta os estudantes e não contempla os anseios da comunidade escolar como um todo. Além disso, a burocracia institucional verticalizada impede a discussão coletiva de escola e de educação; e, os estudantes deixaram claro esse descontentamento nas ocupações de



2015 e 2016, questionando a forma de organização da escola, as direções, o ensino e a educação ofertada.

O movimento de ocupação das escolas públicas de São Paulo e Paraná sacudiram o país com sua força, que nas palavras de Alves (2015, p. 3) representaram “um sopro de esperança no Brasil”, que em sua essência exprime “um carecimento radical que se manifesta com vigor na juventude proletária: o anseio de reapropriar-se dos espaços de vida alienada pela pseudo-concreticidade da vida cotidiana”. Os estudantes ocuparam as escolas de modo espontâneo, as ocupações foram avançando pelo país, caracterizando uma forma de organização coletiva desses estudantes, no anseio por atividades de ensino, culturais, rodas de conversa, o zelo com o espaço público, o cuidado uns com os outros, mostrando uma forma inovadora de luta.

Portanto, no processo pesquisa buscou-se investigar diversas publicações que destacavam elementos que afirmavam o protagonismo, a inovação e a força das ocupações. Ao longo das leituras com alguns materiais que traziam a referência do coletivo a pesquisadora deparou-se com o (con)texto de “O Mal Educado”, que demandou uma análise desse coletivo e sua relação com as ocupações. Este coletivo de estudantes já vinha se organizando e traduziu um manual argentino chamado “Como Ocupar uma Escola”. Esse documento foi elaborado pela seção Argentina da “Frente Estudantes Libertários”, inspirado na luta dos estudantes chilenos. É um documento de oito páginas, que dentre as orientações aponta as formas de organização, atividades a serem propostas, assembleias como forma de deliberações e outras.

O coletivo elaborou então, uma cartilha impressa e também disponível na versão digital e passou a distribuí-la em São Paulo naquele momento, ou seja, durante o contexto de anúncio do fechamento das escolas, a saber: “1. Coordenar as ações dos estudantes; 2. Não confiar nas entidades estudantis; 3. Ocupar escolas; 4. Só os estudantes podem derrotar o governo” (CAMPOS et al., 2016, p. 58). Destaca-se aqui o item 2:

Não confiar nas entidades estudantis: para o coletivo, entidades como a UMES, UPES e UNE estariam aparelhadas por partidos governistas e se preocupariam mais em ganhar dinheiro com as carteirinhas estudantis do que em defender os estudantes, por isso propunha organizar o movimento com independência e escolher seus próprios representantes sem permitir que as entidades os representassem (esta pode ser considerada uma semente para a posterior criação do Comando das Escolas Ocupadas) (CAMPOS, et al., 2016, p. 58).

O coletivo, seus documentos e orientações depreenderam alguns questionamentos para além da importância das ocupações, na medida em que constituíam, ou não, um movimento



contra-hegemônico. Nesse sentido perguntou-se então: essas orientações tiveram reflexo nas ocupações de 2016? Como elas se relacionaram com os partidos e movimentos sociais organizados? Esses movimentos conseguiram sair dos muros da escola e contribuir para a luta anticapitalista? Seguindo a investigação, a pesquisadora deparou-se com algumas contradições que revelavam limites ao movimento.

Chama-se a atenção para o fato de que, ao final das ocupações de 2015, em São Paulo, houve uma troca do secretário da educação e o governador teve queda da popularidade, mas no geral, a política seguiu seu curso na direção das contrarreformas. Os grêmios estudantis seguiram com dificuldades de se firmar e desvincular da direção da escola. Em algumas escolas registrou-se troca de diretor, mas seguindo a indicação e nomeação pelo estado, sem eleições diretas como propunham os estudantes.

Em seguida, o governo federal apresentou uma série de medidas que afetaria diretamente as escolas públicas de todo país, a PEC 55 que, dentre outras proposições, congelava por 20 anos os investimentos em saúde e educação públicas, e a MP 746, que propunha a reestruturação do ensino médio, com fim das disciplinas de filosofia, sociologia e abertura ao notório saber que retirava a obrigatoriedade de formação específica para a docência. Essas duas medidas são extremamente contraditórias entre si, uma vez que a Reforma do Ensino Médio prevê aumento significativo da carga horária de estudos e, a PEC 55 versa sobre a contenção dos investimentos com a educação pública.

A flexibilização da grade curricular prevê com o fim de algumas disciplinas a não obrigatoriedade de outras, via os chamados itinerários formativos, a desvalorização do pensamento crítico na escola pública, focando no ensino profissionalizante com uma falsa liberdade de escolha por parte dos estudantes sobre o que estudar, uma vez que essa “escolha” está atrelada às condições materiais que as escolas terão de ofertar aos itinerários indicados.

A reforma do ensino médio é mais do que uma reforma curricular, é uma reforma da vida intelectual à medida em que objetiva sufocar o pensamento crítico, uma vez que a educação está na contramão das demandas mercadológicas. No contexto do anúncio dessas reformas, partiu-se para a observação das ocupações ocorridas em 2016 em Ituiutaba/MG, na qual estudantes secundaristas ocuparam duas escolas, como forma de manifestação contra as medidas do governo referentes às reformas na educação brasileira, a PEC 241 e a MP 746. Essas medidas foram repudiadas pelos estudantes que viram a escola pública sendo atacada e o



simples acesso e permanência à educação serem ameaçados. Durante o período das ocupações das escolas, o então presidente da República Michel Temer, só se manifestou publicamente um mês depois da primeira escola ocupada, dizendo que os estudantes não conheciam a reforma proposta ao ensino médio, de modo que, tanto o governo quanto as mídias de massa passaram a difamar o movimento das ocupações.

Na época das ocupações em Ituiutaba houve participação de estudantes e docentes universitários como apoiadores do movimento e, então, como docente universitária estive presente em diversos momentos das ocupações, tanto na realização de atividades como na arrecadação de alimentos, em algumas assembleias com a comunidade escolar e conversas com os estudantes que estavam nas duas escolas ocupadas. Essa experiência trouxe elementos importantes para a pesquisa. Foram realizadas cinco entrevistas com estudantes que estiveram nas duas ocupações do município. Nelas investigou-se a pauta das ocupações tanto nacional quanto local, a organização e rotina das ocupações, as formas de decisões, as relações com apoiadores, partidos e movimentos sociais, a desocupação, as relações que se estabeleceram depois nas escolas com a comunidade escolar e as perspectivas que esses estudantes enxergaram com o movimento.

Além das reformas do governo, havia questionamentos sobre as gestões, direções das escolas, destaque para os diretores que sequer eram eleitos pela comunidade escolar e sim eram indicados e nomeados ao cargo pelos estados. Soma-se à essa pauta a reivindicação por grêmios estudantis que fossem desvinculados do crivo da direção das escolas, que houvesse eleições para os grêmios e reuniões desses com o conselho escolar, levando a pauta estudantil para debate na escola. Havia o desejo por uma escola mais democrática, mais participativa e mais horizontal nas suas decisões. Verificou-se, que o movimento das ocupações das escolas trouxe uma forma de organização coletiva importante e diferenciada, registrada por diversos autores que investigaram as ocupações. Essa coletividade se deu no sentido da aproximação em que se construiu entre estudantes no interior do movimento e deles com professores e funcionários das escolas. Além disso, a organização da rotina na escola, atividades de limpeza, alimentação sob os cuidados dos próprios estudantes, revelaram um maior interesse e conhecimento do espaço escolar.

Uma nova sociabilidade de luta foi criada segundo Campos et al. (2016), que desponta como importante vitória com grêmios horizontais e desvinculados de partidos e instituições



burocráticas. Diversos autores que analisaram o movimento das ocupações apontam para a sua importância, acendendo a chama da luta e trazendo esperança para o país, diante de tantos ataques à educação pública e reformas para o esvaziamento da educação pública. Reitera-se que a presente pesquisa se encontra em fase de sistematização dos dados coletados e redação final do relatório. Entretanto, é possível afirmar que os resultados apontam para a constatação de que esse movimento se caracterizou como um movimento contra-hegemônico sim, uma vez que, a pauta e a luta são contra a hegemonia imposta, contra as medidas verticalizadas, que atacam a educação pública, os estudantes filhos da classe trabalhadora.

No entanto, ao longo da pesquisa, tanto nas leituras feitas via pesquisa bibliográfica quanto nas entrevistas, alguns questionamentos foram surgindo e que serão respondidos na finalização da sistematização dos resultados. Em vários momentos ficou registrado que as ocupações além da pauta nacional questionavam também a política educacional engessada e verticalizada das escolas, reivindicavam eleições para diretores e criticavam a falta de representatividade dos anseios da comunidade estudantil como um todo, principalmente as pautas colocadas pelos estudantes.

A organização coletiva das ocupações aproximou estudantes, promoveu a discussão sobre atividades e tarefas nas escolas, mas, será que a estratégia das assembleias de fato rompeu com a horizontalidade e promoveu de fato uma coletividade das decisões? A postura de negação dos partidos e dos coletivos, movimentos sociais organizados foi uma decisão positiva ao movimento? Todos os estudantes envolvidos tinham a consciência do porque estavam realizando aquele movimento?

Por que havia tanta preocupação com a aproximação dos partidos que eram vistas como tentativa de tomar a frente do movimento e de emparelhamento? Esse distanciamento ocorreu na prática? Como ficaram a questão das pautas após a desocupação das escolas? O que aconteceu com relação às reivindicações das pautas nacionais e locais? E enfim, a partir desses questionamentos quais os limites e as perspectivas dessas ocupações? Elas se constituem como uma luta anticapitalista? Esses são questionamentos importantes que permitirão analisar os rumos das ocupações de 2016.



Considerações Finais

O movimento de ocupação das escolas no final de 2016 mostrou reação ao contexto político, econômico e educacional e à ordem imposta pelo capitalismo. A pesquisa analisou esse movimento e seus potenciais, bem como os limites formativos e organizativos, considerando a forma e os conteúdos das ações dos secundaristas à luz da crítica aos modos dominantes de educação. Ao mesmo tempo, é importante apreender o significado desse movimento, o que ele nos diz sobre nosso momento histórico, sobre as lutas do presente e sobre a forma social da educação e as lutas históricas no Brasil que deixaram um legado.

As ocupações têm uma série de particularidades. Não foram um movimento institucionalizado, foram inovadoras no uso das mídias e, certamente, enfrentaram uma série de disputas internas pela sua condução. Seguiram o caminho das assembleias que tentavam romper com a política institucional verticalizada, mas que mostrou suas contradições no desenrolar do movimento. Em São Paulo, por exemplo, houve ganhos importantes, na medida em que conseguiram reverter o fechamento das escolas e o secretário de educação foi substituído. A escola foi melhor organizada coletivamente, mesmo com toda repressão policial ao movimento e com a propaganda ruim, criminalizante, rotulando os estudantes de baderneiros feita pelo Estado.

A luta contra a reorganização do sistema escolar mobilizou estudantes secundaristas das escolas públicas de todo o Brasil, jovens da classe trabalhadora, pois afetou exclusivamente a escolarização desse segmento da sociedade. E, ao assumir a posição de resistência e confronto com a política educacional atual, os secundaristas esboçaram uma noção de educação política. A pesquisa segue analisando os registros sobre as ocupações, documentos produzidos que tratam da resistência empenhada contra as reformas no ensino anunciadas em 2016, destacando algumas características das escolas ocupadas de Ituiutaba/MG, desvelando esse movimento e sua importância, assim como, investigando como ocorreu a reorganização das relações após as desocupações das escolas e as contribuições deixadas pelo movimento na formação da classe trabalhadora.

Referências

ALVES, Giovanni. Ocupando a futuridade. **Blog da Boitempo**, São Paulo. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/12/07/ocupando-a-futuridade/>>. Acesso em: 15 jul. 2019.



ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 9.394, de 20 dezembro 1996. Brasília/DF: MEC, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

BRASIL. **Medida Provisória no 746, de 2016**. Brasília/DF, 2016a. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126992>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição no 55, de 2016**. PEC do teto dos gastos públicos. Brasília/DF, 2016b. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

CAMPOS, A. J. M.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. M. **Escolas de luta**. São Paulo: Veneta, 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

MARTINS, L. M.; LAVOURA, T. N. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 71, set./out. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/v34n71/0104-4060-er-34-71-223.pdf>>. Acesso em 12 jul. 2019.

MARX, K.; ENGELS, F. **Educação, ensino e marxismo**. São Paulo: Iskra, 2016.

MASCARENHAS A. C. B. et al. Ocupação, resistência e a luta pela escola pública. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória, Ano 14, v. 19, n. 46, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/educacao/article/view/19331>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

POLLI, S. et al. Novas insurgências e a luta do movimento “Ocupa Paraná”. **Universidade e Sociedade**, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Ano XXVIII, n. 62, 2018. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1963088222.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

SOLANO, G. A reforma universitária de 1918: fundação do movimento estudantil latino-americano. **Universidade e Sociedade**, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Ano XXIV, n. 63, 2019.

UNIÃO BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS. **Retrospectiva**: relembre as grandes vitórias da Primavera Secundarista. 2016a. Disponível em:



<<https://ubes.org.br/2016/retrospectiva-relembre-as-grandes-vitorias-da-primavera-secundarista/>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

UNIÃO BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS. **UBES divulga lista de escolas ocupadas e pautas das mobilizações.** 2016b. Disponível em:

<<http://ubes.org.br/2016/ubes-divulga-lista-de-escolas-ocupadas-e-pautas-das-mobilizações/>>. Acesso em: 19 jul. 2019.